

SULLIVAN, J., HOROWITZ, F. The effects of intonation on infant attention: the role of rising intonation contour. IN: Journal of child language, vol. 10, n. 03, p.. 521-534. Great Britain, Academic Press, 1983.

IMAGENS E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO: O LICEU DE HUMANIDADES E A ESCOLA NORMAL DE CAMPOS NA “ERA VARGAS”

Silvia Alicia Martinez¹

Pedro Ernesto Fagundes²

Priscila Vidal Dutra³

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é o de analisar algumas mudanças que aconteceram no cotidiano escolar dos estudantes do Liceu de Humanidades (LHC) e da Escola Normal de Campos (ENC) – instituições localizadas no interior do Estado do Rio de Janeiro – a partir da criação e recriação de manifestações de caráter cívico, influenciadas pela administração Vargas e apoiadas pelo governo estadual. Durante a pesquisa, utilizamos variadas fontes: documentos (escolares) escritos e iconográficos e jornais de grande circulação. No texto se analisa principalmente uma série de imagens fotográficas pertencente ao Acervo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos (AHLHC), exame articulado a subsídios oferecidos pelos restantes documentos mencionados. O trabalho se insere nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Região, na linha História das Instituições Educacionais do Norte Fluminense, coordenado pela professora Silvia Alicia Martinez.

¹ Doutora em Educação (PUC-Rio). Professora Associada do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Professora do Mestrado em Políticas Sociais (UENF).

² Mestre em Políticas Sociais (UENF) e Doutorando em História Social (UFRJ).

³ Bacharel em Ciência da Educação (UENF), ex-bolsista de Iniciação Científica (Faperj).

Palavras-chave: História da Educação. Imagens. Era Vargas. Nacionalismo.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze some changes occurred in the daily situations of students at the Liceu de Humanidades de Campos (LHC) and the Escola Normal de Campos (ENC) - institutions located in the northern interior of the State of Rio de Janeiro - from the creation and the re-creation of civic manifestations inspired by the President Vargas administration and upheld by the state government. During the research, many sources were bestowed: written instructions, iconographical documents and newspapers of extensive circulation. Mainly, the article analyzes a series of photographic images belonging to the Historic Collection of the Liceu de Humanidades de Campos (AHLHC), integrated with data excerpted from other specified documents. It integrates multifarious researches developed by the Education Research Group, Society and Region, in the historic field of Educational Institutions of the Northern State of Rio de Janeiro, coordinated by Dr. Silvia Alicia Martinez.

Keywords: History of Education. Images. President Vargas administration. Nationalism.

INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1930 e 1940, o cotidiano dos estudantes brasileiros foi invadido por uma série de comemorações e rituais cívico-patrióticos. Nesse período, podemos perceber um conjunto de ações que pretendiam reafirmar os valores da pátria e da nação, em que fatos do passado eram associados com a Revolução de 1930. Esse movimento coordenado, nitidamente influenciado pelas idéias nacionalistas das décadas anteriores, teve como objetivo resgatar os princípios e ideais perdidos ao longo da Velha República.

Em seu conjunto, essas manifestações pretendiam mobilizar a população, principalmente os estudantes, para buscar reinterpretar e reinventar episódios históricos. Através do Ministério da Educação e Saúde (MES) e, posteriormente, com a colaboração do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a administração Vargas proclamava-se legítima herdeira da identidade nacional.

Coube ao MES a tarefa de implementar o projeto de resgate dos valores da pátria, da nação e do povo do Brasil. O projeto de nacionalidade brasileira do MES teve como base o ufanismo verde-amarelo, o culto aos heróis nacionais e, especialmente, o respeito às instituições e autoridades nacionais. A constituição da nacionalidade de maneira homogênea foi garantida por um sistema federal de controle e fiscalização da educação em todo o território brasileiro.

Exemplos evidentes foram a “invenção”, a recriação e a reconfiguração de manifestações cívicas, como paradas escolares, comemorações de datas nacionais e até a introdução de novos feriados no calendário escolar como, por exemplo, as comemorações do “Dia da Raça”, do dia 19 de Abril e do dia 10 de Novembro. Outro exemplo de como os feriados nacionais passaram a ser utilizados como mecanismos cruciais para a redefinição do conceito de identidade nacional, principalmente no interior das escolas, foi a tentativa de associar a Inconfidência Mineira e seu personagem maior, Tiradentes, com a “Revolução de 30” e Vargas. Neste sentido, cartazes

conectando a imagem dos dois personagens eram distribuídos nas escolas. Outra das estratégias criadas foi a de introduzir imagens dos jovens desfilando nos recém-inaugurados rituais cívicos.

Este trabalho tem como meta central analisar como essas práticas se manifestaram no interior do Liceu de Humanidades e da Escola Normal da cidade de Campos dos Goytacazes, duas das mais importantes instituições escolares da região Norte Fluminense, na chamada Era Vargas, examinando, para isso, variados documentos escolares, iconográficos e escritos, assim como jornais de grande circulação na cidade. Antes de realizar uma breve apresentação dessas duas instituições de ensino, pretende-se refletir acerca das fotografias enquanto fontes para a história. Qual a importância dessas imagens? Qual a função da fotografia na construção da memória? Qual deve ser o trato de tais fontes? Finalmente, como se devem analisar tais artefatos históricos?

A FOTOGRAFIA E A HISTÓRIA

A utilização das fontes fotográficas tem despertado, nos últimos anos, um grande interesse nos meios acadêmicos. Essa mudança de postura em relação às fontes fotográficas é fruto da chamada “revolução documental” acontecida nas últimas décadas. O alargamento do conceito de documento teve como resultado a inclusão das fontes fotográficas como uma importante categoria de análise da realidade social. Atualmente, no campo historiográfico, os estudiosos dos mais variados gêneros da História, além de pesquisadores de outros ramos das Ciências Humanas, têm explorado o potencial da fotografia.

As imagens fotográficas têm contribuído para a aproximação a acontecimentos passados, tornando-se insubstituíveis, segundo Kossoy (2001), quando analisadas a partir de um caráter teórico, técnico e metodológico. Nesse sentido, as fontes fotográficas podem cumprir um papel de destaque na investigação histórica. Esse entendimento indica que as fontes fotográficas são fundamentais para o conhecimento da memória social, sendo mais que meras “ilustrações ao texto”. As fontes fotográficas possibilitam ampla e frutiferamente a investigação e a descoberta, na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por conseqüência, da realidade que as originaram (KOSSOY, p. 32).

A imagem fotográfica teria trilhado um longo caminho desde sua criação, em meados do século XIX, até os dias atuais, em que passou a ser conceituada como fotografia documental. No terreno da História, uma vertente passou a se ocupar do estudo da própria história da fotografia enquanto meio de comunicação, em cujo processo histórico passou por uma série de transformações técnicas, algo como o estudo da história da fotografia.

Outra vertente da História procura investigar o emprego da iconografia do passado como uma fonte de apoio, através do emprego de um conjunto de instrumentos metodológicos e teóricos, para a descoberta de vestígios do passado. Essas duas vertentes são fundamentais e se complementam na medida em que ambos os estudos têm como elemento primordial o estudo dos documentos fotográficos.

Essa dinâmica tem permitido uma ampliação e acúmulo de informações sobre a fotografia. Para o autor, toda fotografia seria o testemunho de uma criação e, por outro lado, também

representaria a criação de um testemunho. Ainda segundo Kossoy (2001), esse procedimento permite que utilizemos a fotografia enquanto instrumento de pesquisa, que auxilia na descoberta, análise e interpretação do cotidiano histórico.

Segundo Cardoso e Mauad (1997), através da análise da imagem enquanto elemento inserido no campo social é possível investigar todo o circuito social da fotografia, ou seja, desvendar quem produziu, como circulou e quem consumiu esta fotografia.

É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época, não só pelo passado ao qual nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que traz à tona... A fotografia assim compreendida deixa de ser uma imagem “retida no tempo” para se tornar uma mensagem que “se processa através do tempo”, tanto como imagem/documento quanto imagem/monumento. (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 406).

Para a análise do conteúdo da mensagem fotográfica enquanto expressão de uma realidade social, pretendemos contextualizar a produção da fotografia como algo semelhante à produção de um texto. A imagem fotográfica deve ser vista como um verdadeiro texto visual, que pode estabelecer relações com outros tipos de textos produzidos na mesma época. Assim, a fotografia poderia ser interpretada como um texto icônico, com códigos e significados próprios dentro de seu campo temático e lugar temporal.

Neste sentido, para Cardoso e Mauad (1997), a imagem fotográfica deveria ser interpretada a partir da realidade em que foi produzida. A leitura da imagem, segundo essa perspectiva, tem que buscar compreender as questões históricas e culturais presentes na produção da imagem. Outra questão importante seria analisar o estoque de signos presentes nas fotografias; alguns desses signos estariam nos gestos, atitudes, expressões, cores, efeitos especiais, etc.

Cada fotografia estaria repleta de certos significados pertencentes a uma determinada prática social inserida em um certo contexto histórico. É fundamental que se estabeleça um código de conotação para leitura das fotografias, pois esse código permitiria a criação de categorias de análise específicas para o documento visual.

O LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS E A ESCOLA NORMAL

A "saga" liceísta tem sua origem ligada ao Barão da Lagoa Dourada. Especificamente à história do Palacete do Barão. Entre os liceístas¹ mais velhos são constantes as referências à suntuosidade do prédio, assim como às elegantes festas que aconteciam no cômodo mais ricamente decorado do prédio: o Salão Nobre. Este era o local perfeito para receber hóspedes ilustres, como a Princesa Isabel, que foi a convidada de honra de um baile e hóspede do Barão na noite de 10 de Junho de 1868.

Após o falecimento do barão, o palacete foi levado a leilão público para pagar as dívidas do seu antigo proprietário e comprado numa espécie de “mutirão” popular para, posteriormente, ser

¹ Os ex-alunos reivindicam a filiação ao Liceu de Humanidades de Campos para toda a vida: "uma vez liceísta, sempre liceístas".

doado ao Estado para a instalação de um educandário. O Liceu de Humanidades de Campos (LHC) foi criado em 1880, data da apresentação e assinatura do Decreto Provincial Nº 2.503 que autorizou a fundação do colégio na cidade, sendo que começou suas atividades a partir de 1884.

Para uma significativa parcela da população de Campos, o surgimento do LHC, somado a outros fatores, colaborou para reafirmar a cidade como uma das mais avançadas e modernas do Brasil. Um outro fato que merece grande destaque na história do colégio foi a sua equiparação, em 1901, ao Colégio Pedro II. Até hoje funcionando no mesmo local, e apesar do considerável aumento de matrícula, conserva a mística liceísta que foi construindo ao longo das primeiras décadas da sua trajetória.

No ano de 1894, pela Lei 164, de 26 de novembro, funda-se a Escola Normal de Campos¹, segunda instituição pública e oficial de formação de professores do Estado do Rio de Janeiro, sendo anexada ao LHC. Em 1900, o decreto de 25 de janeiro extinguiu a Escola Normal sendo que, em março de 1901, após funcionar como Escola Normal Livre, e atendendo a um apelo da Câmara Municipal de Campos, o Governo Estadual regulariza oficialmente a Escola Normal, voltando a mesma a funcionar anexa ao Liceu.

Apesar de ambos os estabelecimentos terem compartilhado professores e funcionários, no amplo recinto do Liceu, ao longo das primeiras décadas mantiveram uma separação na distribuição espacial: às mulheres era reservada a entrada pelo lado esquerdo do prédio da escola, aos homens, a entrada pelo lado direito. Os secundaristas do Liceu ocupavam o prédio principal, o aristocrático sobrado; as normalistas, o prédio que ficava atrás da “casa-grande”, a antiga senzala².

Ao longo das duas primeiras décadas de história, a Escola Normal de Campos sofreu algumas transformações, tanto na legislação como no currículo e nas práticas pedagógicas. Mas foi precisamente a partir de 1931 que “grandes” mudanças aconteceram na escola em questão. Com a publicação do Decreto Estadual Nº 2.571, que aprovava o Regulamento do ensino secundário e normal, modificar-se-iam a duração e as disciplinas que compunham o curso normal, assim como a distribuição espacial, trazendo grandes alterações na cultura escolar da instituição.

Na verdade, este decreto, publicado em consequência da Reforma do Ensino Secundário comumente conhecida como Reforma Francisco Campos, chegou a extinguir a Escola Normal, que tinha uma duração de quatro anos, criando o Curso de Especialização e Aperfeiçoamento, com um ano apenas, para quem tivesse feito o Curso Secundário (VIDAL DUTRA, 2004). A partir desse momento, todos os alunos, de ambos os sexos e pertencentes aos dois cursos, teriam que freqüentar o curso ginásial. Portanto, as mulheres também começaram a freqüentar as aulas no Solar e seriam “liceístas”.

No ano de 1938, a Escola Normal sofreu uma nova mudança, convertendo-se, então, em Escola de Professores, com dois anos de duração. O Liceu, junto com a Escola Normal, no período

¹ Esta instituição funcionou junto ao Liceu de Humanidades por quase sessenta anos, período em que foi adotando diferentes denominações. Neste trabalho, entretanto, na maioria das vezes, faremos referências a ela com o nome genérico de “Escola Normal de Campos”.

² A questão desta distribuição espacial, assim como a perda da memória social acerca da Escola Normal de Campos, foi trabalhada em Martinez e Boynard (2004b).

de 1938 a 1947, passou a se denominar, pelo Decreto 391 de 30/03/1938, Instituto de Educação de Campos.¹

Entretanto, essas modificações profundas no cotidiano escolar não viriam apenas das novas disciplinas estudadas pelas moças, nem da nova distribuição espacial entre meninos e meninas no recinto escolar. Novos rituais viriam a ser (re)criados, como analisamos a seguir.

“INVENÇÃO E A RECRIAÇÃO” DE RITUAIS ESCOLARES DURANTE A ERA VARGAS

Para Hobsbawm (1997), historicamente, em vários países e épocas diferentes, o Estado utilizou-se de uma série de rituais e comemorações no sentido de mobilizar os cidadãos em geral e, especialmente, os estudantes, como na criação e invenção de novos feriados, cerimônias e na elaboração e divulgação de heróis e símbolos do poder público na tentativa de se apropriar desses momentos para fazer verdadeiros espetáculos de propaganda e exaltação estatal.

No Brasil, durante a administração Vargas, segundo D'Araujo (2000), pode-se observar a reprodução dessas mesmas dinâmicas de construção da continuidade e de jogo dramático de imagens e símbolos. Para cumprir esses objetivos, foi inventada ou reinventada uma série de manifestações e cerimônias cívicas, como: o Dia da Raça; o Dia da Pátria; o Dia da Juventude; a Semana da Pátria; o Dia do Soldado; o Dia do Trabalho, entre outros.²

A educação estava no centro de um projeto de mobilização controlada da população. Foi de responsabilidade do MES e, posteriormente, do DIP, a tarefa de organizar e mobilizar a população, sobretudo, os estudantes, para participarem dos festejos cívicos públicos.³

Em Campos, o trabalho do MES começou a surtir efeito, como podemos constatar em matéria publicada no *Monitor Campista*, em 1935, que relatava como foram as comemorações do Dia da Pátria. Chama a atenção o fato do jornal afirmar que as comemorações daquele ano tiveram uma intensidade e grandiosidade inéditas.

As festas finais do Dia da Pátria

Tiveram muito destaque e animação as comemorações de domingo.

Fala-se ainda com muita satisfação geral nas festas comemorativas ao Dia da Pátria (...) realmente tivemos dois dias cheios, intensamente festivos, graças ao programa inédito para Campos e agradável para todos. Campos deu uma eloqüente demonstração de ardor cívico, concorrendo para o brilhantismo com que o Brasil festejou sua maior data: a independência. O que se fez aqui pela primeira vez. (...) Cumpre destacar as evoluções realizadas pelos alunos dos dois sexos do Liceu de Humanidades, que estiveram admiráveis de precisão, ordem e garbo, graças a competência e a admiração e o entusiasmo com que os dirigiu o instrutor, sargento Urajá

1 Posteriormente, na efervescência do movimento de redemocratização do país após o Estado Novo, surge a Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530, que organizou e deu novas diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, que até então não existiam. Como consequência da Lei Orgânica do Ensino Normal, foi desenvolvido outro projeto na Escola Normal de Campos, com outra organização e outro currículo, que passaria a vigorar a partir de 1947, denominado Curso Normal. Em 1954, com a Lei Nº 2.146, de 12 de maio, encerrou-se a convivência das normalistas com os liceístas, ou seja, a Escola Normal deixou seu espaço anexo ao Liceu de Humanidades de Campos. Com a criação do Instituto de Educação, em 1955, a Escola Normal passou a funcionar definitivamente junto ao Grupo Escolar Saldanha da Gama e ao Jardim de Infância José do Patrocínio, constituindo o Instituto de Educação de Campos. Para maior aprofundamento do período, ver Martinez e Boynard (2004a).

² A preocupação com as questões relativas à pátria e à nação já estavam presentes na plataforma da Aliança Liberal, frente política que disputou as eleições presidenciais de 1930. Com a chegada de Vargas ao poder, muitos dos pontos dessa plataforma transformaram-se em programas e projetos.

³ Segundo Capelato (1998), as comemorações deveriam passar a ocorrer, preferencialmente, nas praças, avenidas e nos estádios e ginásios esportivos.

Dias Nogueira. (*Monitor Campista*, 10 de setembro de 1935, p. 1; sublinhado nosso).

No ano seguinte, podemos constatar que todo ardor e garbo cívicos demonstrados pelos liceístas nas manifestações patrióticas não aconteceram de maneira espontânea e “natural”. Essa questão fica evidente ao analisarmos o ofício Nº 622, de 24 de agosto de 1936, enviado ao diretor do colégio. Vejamos o que solicitava tal ofício:

"Quer o governo do Estado comemorar, com maior brilho possível, o dia 7 de Setembro. Recommendo-vos, por isso, que entreis em entendimento com o Sr. Inspetor Regional desse município, sobre as solemnidades em que esse estabelecimento de ensino possa cooperar para a comemoração da grande data nacional."

Em resposta a essa “solicitação” da Secretaria do Estado, o diretor do colégio começou a preparar os/as estudantes do LHC para as ditas comemorações. Seu primeiro passo, como está registrado no ofício Nº 188, de 27 de agosto de 1936, foi solicitar junto ao 2º Batalhão da Força Pública do Estado, situado em Campos, a colaboração no sentido de “treinar” os estudantes para a grande parada.

"Tendo o Lyceu de Humanidades de tomar parte, por determinação do Exmo. Sr. Ministro da Educação e da Exma. Sra Directora do Departamento da Educação desse Estado, na parada dos estabelecimentos de ensino, em comemoração do “Dia da Pátria” - esta directoria vem solicitar de V. Ex. a grande fineza de destacar um official dessa corporação para, de 1º a 6 do corrente, das 7 às 8 horas da manhã, dar instrução aos alumnos deste estabelecimento e acompanhá-los na referida parada, a exemplo do que foi feito quando da visita do Exmo. Sr. Presidente da República a esta cidade." (Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos, Pasta de 1936).

O ofício do diretor do LHC indica que a determinação das comemorações teria partido do MES e foi repassada pela Diretoria de Educação para o conjunto dos estabelecimentos de ensino estaduais. Entretanto, quando o diretor utilizou a palavra “determinação” para justificar seu pedido, fica explícito que o pedido de colaboração para essa comemoração só aconteceu porque esses dois órgãos teriam orientado a sua realização. Esse documento serve para evidenciar o papel do MES como despertador do adormecido espírito da nacionalidade brasileira.

No ofício Nº 208, de 10 de setembro de 1936, da direção do LHC para o inspetor federal de ensino, reafirma-se essa questão: a subordinação da escola às determinações do MES, dando conta que o colégio procurou seguir fielmente as ordens recebidas.

"Para que se digne V. Exª. fazer chegar ao conhecimento do Ex. Sr. Ministro da Educação, tenho a honra de passar às mãos de V. Exª o incluso programa das solenidades com que este estabelecimento comemorou o “Dia da Pátria." (Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos, Pasta de 1936).

Assim, é possível constatar que no ano de 1936 os/as estudantes tiveram que, durante vários dias da semana, concentrar suas atenções e esforços para o ensaio da parada de 7 de Setembro.

Em vez de empregarem seu tempo nos estudos das disciplinas, os/as liceístas tinham parte do seu tempo escolar comprometido com treinamentos de evoluções e manobras de caráter militar, para celebrarem o Dia da Pátria.

E as comemorações eram estendidas a todos os educandários da cidade, como ficou registrado nas páginas da *Folha do Comércio* do ano de 1937:

O Dia da Pátria

Como foi comemorada a magna data nacional

Poucas vezes o 07 de Setembro foi tão intensamente comemorado como nesse ano. Todos os colégios solenizaram a grande data com sessões cívicas, jogos esportivos e peças lítero-musicais (...) O Liceu de Humanidades, o Colégio Bitencourt, a Escola Profissional Nilo Peçanha, a Escola de Aprendizizes Artífices, o Colégio N^a. S^a. Auxiliadora, o Colégio N^a. S^a. do Socorro e o Colégio Batista realizaram brilhantes comemorações do "Dia da Pátria". (*Folha do Comércio*, 9 de setembro de 1937, p. 1).

Também através das páginas dos jornais pudemos constatar que outras datas de caráter cívico-patriótico, além do 7 de Setembro, passaram a ser comemoradas da mesma forma. Esses relatos indicam que, durante a administração Vargas, uma parte considerável do ano letivo e do tempo escolar dos/as estudantes do LHC e da ENC – dentre outras instituições da cidade – foi empregada em atividades como ensaios de hinos, de desfiles e outras comemorações nacionalistas, para que tudo acontecesse da maneira planejada pelo MES.

Esses documentos conspiram para que concluamos que a administração Vargas procurou sedimentar entre os brasileiros um sentimento de identidade nacional coletiva. Essa administração, de posse de toda a estrutura estatal criada, procurou legitimar todas as suas ações como atos do mais puro patriotismo que teria o benefício da população como seu único objetivo.

Como observa Gomes (1994), a Revolução de 1930 tentou estabelecer sua ligação com o povo, através de um discurso que pretendia identificar e construir um verdadeiro "espírito da nacionalidade". Caberia ao Estado, através de cerimônias e manifestações públicas de patriotismo e civismo, tirar esse espírito adormecido, que se encontrava no inconsciente coletivo do povo, de seu estado de hibernação. Essa pretendeu ser a grande tarefa da administração Vargas: reconstruir a nacionalidade brasileira.

A princípio foi preciso restabelecer a discussão sobre a redefinição e entendimento do que seria o patriotismo e como ele poderia colaborar para a edificação da nação. A interpretação adotada pela administração pode ser definida pelas palavras do próprio presidente, em um de seus discursos, saudando as manifestações de civismo durante a Semana da Pátria.

"Pátria não é apenas a extensão territorial, dotada de grandes recursos naturais e admirada pela imponência dos seus panoramas; é, acima de tudo, a comunidade de laços afetivos e interesses econômicos, e só existe, em verdade, quando se impõe à inteligência e ao coração do povo como a mais alta representação das suas virtudes e energias criadoras." (VARGAS, 1940, p. 53).

Como já antecipamos na introdução deste trabalho, a administração Vargas chegou ao extremo de criar outros feriados e cerimônias. O caso que mais chama atenção foi a criação do

chamado “Dia da Raça”, novo feriado no calendário escolar.¹ Essa data deveria ser marcada por manifestações em defesa da constituição da “raça brasileira”.²

A mobilização dos/as estudantes em Campos para comemorar essa nova data, levou por vários anos multidões às ruas da cidade, como podemos verificar nos jornais campistas e em fotografias da época. A exemplo de outras cidades brasileiras, a partir de 1937, é possível perceber que essa data tornou-se mais uma oportunidade da administração Vargas de levar os/as estudantes para as ruas marchando, cantando e saudando a grandiosidade do país.

Na sua edição de 7 de setembro de 1937, o jornal campista *Folha do Comércio* registrou o sucesso do desfile do Dia da Raça na cidade:

O Dia da Raça.

Sua brilhante celebração em Campos

Excedeu a toda a expectativa a celebração do Dia da Raça em Campos, no domingo último, realizado pela primeira vez em nossa cidade e com tempo exímio para sua organização, essa festa alcançou notável êxito, entusiasmando a tantos quantos assistiram o garboso desfile. (*Folha do Comércio*, 7 de setembro de 1937, p. 1).

Outro conjunto de documentos que utilizamos para captar como as ordens do MES influenciavam as práticas cotidianas foi uma série de três fotografias pertencentes ao Arquivo Histórico do LHC. A análise de tais documentos nos permite ter uma dimensão bastante aproximada de como as orientações administrativas foram implementadas entre os estudantes das duas instituições.

O autor das mesmas é desconhecido. Possivelmente essas fotografias foram encomendadas pela própria direção do Colégio como forma de registrar, guardar e, principalmente, divulgar as imagens dos grandiosos desfiles, organizados a partir de 1937, na cidade de Campos. As imagens são em preto e branco no tamanho 12cm x 14cm.

A principal forma de exposição pública das fotos eram os jornais e revistas campistas. Assim, o circuito social que tais documentos atingiam era muito diversificado, chegando a milhares de pessoas, dado o razoavelmente grande público letrado da cidade, que publicava desde o final do século XIX importante número de revistas literárias e jornais de grande circulação. Os rituais cívicos do período, portanto, eram amplamente divulgados entre o conjunto da população de Campos. Tais fotos cumpriam a tarefa de tornarem públicas as manifestações patrióticas durante a Era Vargas.

Na fotografia nº 1 é possível observar um grupo de liceístas, todas do sexo feminino. Essa imagem transmite uma idéia de ordem, disciplina e plasticidade, bem ao estilo das noções e concepções do período do Estado Novo. As liceístas se encontram, possivelmente, no Estádio do Americano F.C., local público onde freqüentemente praticavam exercícios e apresentações. Na fotografia podemos observar que executam uma demonstração do que era chamada de *Cultura Física*. A graça e o equilíbrio da manobra apenas ratifica o que já afirmamos: um tempo considerável

¹ Este feriado deveria acontecer dentro das celebrações da Semana da Pátria, no mês de setembro.

² Para GOMES (1994), os desfiles do “Dia da Raça” serviriam para demonstrar que o regime que se estabelecera assumia o combate às idéias de eugenia e branqueamento da população. A administração Vargas acreditava na capacidade de seu povo e o ecletismo étnico passou a ser interpretado como um elemento positivo.

do cotidiano escolar das liceístas passou a ser preenchido com treinos e ensaios para tais demonstrações.



Fotografia 1

A fotografia nº 2 é datada de 1942, mais precisamente das comemorações do "Dia da Raça". Através desse documento, da mesma forma, fica nítido como as noções de ordem e disciplina estavam presentes no cotidiano escolar. Na formação, os alunos estão organizados de maneira muito semelhante a uma tropa militar. Destaca-se no documento a presença de alunos do LHC com uniformes de educação física, localizados na parte da frente da fileira.

Se o novo feriado deveria ter como função primordial exaltar a cultura física da nova geração de brasileiros/as, nada melhor do que posarem na parte frontal de um desfile os mais altos e fortes espécimes dessa geração em construção.



Fotografia 2

Em relação à fotografia nº 3, é preciso situá-la no contexto histórico em que foi tirada. A data de sua produção foi 4 de setembro de 1942, poucos dias após o Brasil ter declarado guerra aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), sendo possível perceber nela o reflexo do caráter de nacionalismo exacerbado que povoava uma parcela da sociedade brasileira. Os liceístas estão de costas para o prédio do colégio, todos estão de braços estendidos fazendo com os dedos o sinal de V, possivelmente um sinal de confiança na vitória do país no conflito. O sinal mais surpreendente é percebido em relação à posição da bandeira nacional, que se encontra no meio dos estudantes, como se simbolicamente fosse preciso que nessa hora todos os verdadeiros brasileiros se unissem na defesa da pátria e da nação.



Fotografia 3

Como analisa Fagundes (2003), a declaração de guerra desencadeou uma série de atitudes extremadas, sendo observadas por todo o país várias manifestações nacionalistas, contra cidadãos de origem alemã, italiana e, principalmente, contra pessoas que haviam sido militantes da Ação Integralista Brasileira (AIB). Na cidade de Campos, estabelecimentos comerciais e residências de estrangeiros também acabaram sendo alvo de atos de vandalismo. Uma outra forma de protesto foi uma paralisação dos/as estudantes do LHC e da Escola Normal, que se negaram a assistir aulas ministradas por professores que tinham sido integralistas, num claro movimento de natureza ultranacionalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comemorações do “Dia da Raça” passaram a contar com a participação de milhares de pessoas e eram marcadas por sentimentos cívicos que tinham o sentido de construir uma única concepção de patriotismo, ou seja, a partir deste momento, o passado histórico em comum seria o fator fundamental para a unificação de todas as concepções e noções de nacionalidade, tornando-se

uma única “raça”, um único povo, reunido e vivendo em uma única nação. Todas essas transformações no cotidiano escolar dos estudantes só foram possíveis em decorrência do poder adquirido pelo MES com a Reforma do Ensino Secundário de 1931.

Durante a Era Vargas, o Estado Brasileiro passou a se apropriar das imagens de seus/suas jovens desfilando em rituais cívicos (re)criados exatamente para exaltar a figura do chefe da Nação. Podemos perceber que as imagens deste período tinham a função de mostrar os/as jovens em atividades atléticas e patrióticas. Era preciso transbordar o espaço escolar e levar a juventude para as ruas, pois o vigor, a disciplina e a ordem demonstrados nos desfiles e paradas deveriam ser a marca da nova administração, que estava inaugurando um novo país, ou melhor, um Estado Novo.

As imagens criadas a partir das (novas) datas cívicas circulavam pelos jornais e revistas do período, no intuito de que toda a população admirasse a geração que deveria construir o futuro do país. Se, anteriormente, alguns destes rituais aconteciam, na maior parte das vezes, no interior das instituições de ensino, no período em questão buscava-se que toda a população brasileira acompanhasse, o mais próximo possível, o espetáculo da construção da nacionalidade. Com isso, as imagens de gigantescos desfiles escolares passaram a fazer parte do cotidiano da população da cidade.

REFERÊNCIAS

- BOYNARD, M. A.; MARTINEZ, S. A. *Memória(s) da Escola Normal de Campos (1894-1954): Espaço Escolar e Gênero*. Anais do V Encontro Regional Sudeste de História Oral (ABHO), Tiradentes, 2003, CD-Rom.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas-SP: Papyrus, 311p. 1998.
- CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da Fotografia e do Cinema. IN: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (ORG). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: ampus, 1997, p.401-418.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. “A Reconstrução da Nacionalidade”: uma análise do Liceu de Humanidades de Campos - RJ (1931-1942). Dissertação de Mestrado. CCH - UENF; Campos dos Goytacazes, RJ: 2004, 128 p.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1994, 300 p.
- HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. IN: HOBSBAWM, E. E RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 271-316.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, 162 p.
- MARTÍNEZ, S. A.; BOYNARD, M. A. A. P. Memórias de 1955: O (re)nascer do Instituto de Educação de Campos. In: GANTOS, M. C. (Org.). *Campos em Perspectiva*, Rio de Janeiro, Papel Virtual, 2004 a, p. 13-51.
- _____. *Atrás da Casa-Grande: memória, gênero e espaço escolar da Escola Normal de Campos (1894-1954)*. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação escolar em perspectiva histórica. Curitiba, 2004b, CD-Rom.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940, 08 volumes.

VIDAL DUTRA, Priscila. A formação de Professores na Escola Normal de Campos após o decreto estadual 2.571 (1931-1937). Relatório de Iniciação Científica, FAPERJ, 2004, 72 p.